



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº - CCJ

(À PEC 45, DE 2019)

Dê-se nova redação ao art. 8º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019:

“Art. 8º Fica criada a Cesta Básica Nacional de Alimentos, em observância ao direito social à alimentação previsto no art. 6º da Constituição Federal.

§ 1º Lei complementar definirá os produtos que comporão a Cesta Básica Nacional de Alimentos, privilegiando a inclusão de produtos in natura como produtos hortícolas, frutas, ovos e outros alimentos minimamente processados destinados ao consumo humano.

§ 2º A inclusão de produtos na Cesta Básica Nacional de Alimentos levará em conta:

- a) o posicionamento técnico de órgãos competentes da administração pública federal em relação às propriedades nutricionais dos produtos;
- b) a relevância e essencialidade dos produtos na cesta de consumo da população brasileira; e
- c) o local de produção, dando preferência a produtos de origem nacional

§ 3º Para os produtos incluídos na Cesta Básica Nacional de Alimentos, as alíquotas dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, da Constituição Federal serão reduzidas a zero”.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar princípios para a definição dos alimentos que comporão a Cesta Básica Nacional de Alimentos. Seu principal objetivo é garantir que os principais itens da alimentação dos brasileiros tenham isenção dos tributos sobre o consumo e evitar que outros tipos alimentos, tais quais os supérfluos e itens que não sejam saudáveis usufruam desse benefício.

A atual política de benefícios fiscais para itens de cesta básica de alimentos é descoordenada e ineficiente. Cada estado concede benefícios a uma cesta diferente, em valores diferentes. Além disso, itens que não são essenciais acabam entrando na lista de beneficiados, reduzindo a arrecadação e beneficiando contribuintes mais ricos.

Com a mudança na redação do art. 8º aqui proposta, a Cesta Básica Nacional de Alimentos vai privilegiar a inclusão de produtos in natura como produtos hortícolas, frutas, ovos e outros alimentos minimamente processados destinados ao consumo humano. A inclusão dos itens na lista deverá respeitar critérios nutricionais definidos por órgãos técnicos da administração federal, de essencialidade no consumo da população e de produção nacional.

Sala da Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA (MDB/SE)